

# O orçamento é como um espartilho

28 JAN 1991

GAZETA MERCANTIL

Alan S. Blinder \*

O fiasco orçamentário de 1990 teve um sabor distintamente marxista: lembrou-nos a todos de Groucho, Chico e Harpo, mas agora que a poeira assentou a América pode ter o debate que deveria ter tido antes. Minha opinião pessoal é que o acordo orçamentário foi, no geral, uma boa coisa. Vamos começar deixando claros alguns números.



O limite para o déficit no ano-fiscal 1990, sob a Lei Gramm-Rudman-Hollings II, era de US\$ 100 bilhões. Quando o ano acabou, em 30 de setembro, com um déficit de 220 bilhões, a lei passou para a história. Assim, ao avaliarmos o placar do ano, US\$ 220 bilhões são o ponto de partida. Depois de muita agonia e comédia política, o Congresso e o presidente concordaram em um pacote abrangente que supostamente reduzirá o déficit em quase US\$ 500 bilhões em cinco anos. No entanto, o Escritório do Congresso para o Orçamento (CBO) prevê agora déficit fiscal de US\$ 320 bilhões ou mais em 1991. O que está havendo?

Muita coisa. Primeiro, o pacote é desequilibrado, de acordo com o CBO, dos cortes do quinquênio, US\$ 35 bilhões virão em 1991 e US\$

163 bilhões em 1995. Se lhes parece covardia política, os senhores têm razão. Mas às vezes a falta de coragem é a melhor parte da sabedoria. Com a economia despencando para a recessão, não precisamos de uma enorme contração fiscal nesse exato momento. De fato, se restasse qualquer credibilidade ao governo, um pacote ainda mais desequilibrado seria bem-vindo.

Segundo, a nova lei orçamentária remove o superávit do seguro social dos cálculos. Se o recolocarmos, o alarmante déficit de US\$ 320 bilhões volta aos US\$ 253 bilhões — ainda US\$ 33 bilhões superiores ao do ano passado.

Terceiro, a economia de 1991 parece bastante mais fraca do que a de 1990; esse fator isolado pode elevar o déficit a US\$ 45 bilhões. O déficit estrutural, inafetado pelas altas e baixas cíclicas — portanto o déficit mais importante —, cairá US\$ 12 bilhões em termos reais.

Em um bom sentido econômico, porém, o Congresso fez ainda melhor que isso. O gasto na operação de resgate ao setor de poupança deve ser US\$ 33 bilhões maior em 1991, mas não haverá estímulo fiscal líquido porque, ao cumprir sua promessa de garantir depósitos, o governo está apenas dando aos correntistas o que já tinha. Outra maneira de ver esse ponto é notar que cada dólar que o governo toma emprestado

através da Resolution Trust Corp. (RTC) é imediatamente recolocado nos mercados de capital. Excluindo as operações da RTC, a redução no déficit economicamente relevante seria de US\$ 45 bilhões — nada mal para um ano de trabalho.

Os críticos que acusam que os gastos não foram realmente reduzidos têm um acerto. O CBO estima que os gastos do ano-fiscal de 1991 serão suficientes para manter os programas no nível de 1990, depois de levados em conta inflação, crescimento populacional etc.

O Congresso se manterá fiel ao plano por cinco anos? Pode-se não apostar nisso.

Para começar, o orçamento é dividido em dois grandes potes. O primeiro contém todos os gastos discriçionários — os itens que devem ser aprovados a cada ano — e por sua vez está subdividido em três potinhos: as contas da defesa, internacional e doméstica (divisões que serão removidas depois de 1993). Cada potinho, ou o pote completo, depois de 1993, está sujeito aos seus cortes automáticos se o Congresso exceder o limite legal naquela categoria particular. Se, por exemplo, a defesa gastar demais, e isso exigir cortes no seu orçamento, mas se gastar de menos não pode transferir seu superávit aos programas domésticos. O espartilho orçamentário é frouxo ini-

cialmente, alegam os críticos, mas deve se apertar cada vez mais depois das eleições de 1992 (que coincidência!). Além do mais, os limites serão ajustados para o caso de a inflação exceder as previsões do governo (como agora parece provável). Também excluirão o aumento de custos da operação Escudo no Deserto e podem ser elevados em casos de emergência.

O segundo grande pote contém todas as receitas mais os gastos em programas de benefícios. A nova lei orçamentária proíbe mexer com este pote de forma a elevar o déficit. Assim, por exemplo, um aumento legislativo nos benefícios-desemprego teria de ser pago por, digamos, aumento de impostos ou corte nos subsídios à agricultura. O mais importante é que a lei agora se concentra no déficit estrutural. Assim, o Congresso não tem de se preocupar com as perdas de receita causadas pela recessão.

Para este gigantesco passo rumo à racionalização são precisos elogios — já que parece que estamos escapando da estratégia Clint Eastwood em relação à inflação e pondo fim ao fetiche de um orçamento equilibrado. A grande questão, é claro, é saber se o Congresso desta vez obedecerá à sua própria lei. E eis que, lendo na História, e não nos lábios presidenciais, a grande resposta é não.

\* Reproduzido da Business Week